

Regime dissolutório do Código Comercial Dissolução total e dissolução parcial Dissolução judicial e extrajudicial (*)

MARCO ANTÔNIO MARCONDES PEREIRA
Promotor de Justiça-SP

1 – Introdução

O termo dissolução provém do latim *dissolutio*, de *dissolvere* (desatar, desligar, separar) ⁽¹⁾, comportando a idéia de extinção e ruptura, mas não é só este o único sentido do termo, pois também expressa a forma ou procedimento adequado para se chegar ao principal efeito da dissolução que é o término de um vínculo jurídico. Assim, como procedimento, a dissolução inicia-se por um ato dos sócios ou fatos, ingressa na fase de liquidação, sujeita-se à partilha e culmina com a extinção da pessoa jurídica.

Essa duplicidade de sentidos leva os autores a se reportarem ora a uma ora a outra circunstância, confundindo aquele que se depara com o tema dissolução, porquanto, por vezes a expressão designa o “ato fundamental do processo de extinção da sociedade” ⁽²⁾, ou seja, a decisão de todos os sócios ou de um deles, pelo menos, de buscar a extinção da sociedade, equiparando-se a dissolução da sociedade à dissolução do contrato social ou extinção do vínculo social ⁽³⁾. Em outras oportunidades, o designativo dissolução foge desse conteúdo volitivo dos sócios para identificar o próprio processo pelo qual se alcança a extinção da sociedade. ⁽⁴⁾

Velasco identifica a dissolução como “la producción de un hecho o el advenir de una causa que pone en marcha un procedimiento por el cual se extinguirá la personalidad jurídica de la sociedad” ⁽⁵⁾, forma como aborda o tema Fábio U. Coelho ⁽⁶⁾, preferindo designar o processo como “extinção”.

(*) - Trabalho apresentado no Curso de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP - em crédito de Direito Comercial - Sociedades Mercantis, sob a coordenação do Dr. Fábio Ulhoa Coelho.

(1) - Plácido e Silva, *Dicionário Jurídico*, pág. 103.

(2) - Dilson Dória, *Curso de Direito Comercial*, pág. 304.

(3) - Villemor Amaral, *“Das Sociedades Limitadas”* pág. 162; J.X. Carvalho de Mendonça, *“Tratado de Direito Comercial”* pág. 205.

(4) - Paes de Almeida, *“Manual das Sociedades Comerciais”*, pág. 63; Fran Martins, *“Curso de Direito Comercial”* pág. 290; Rubens Requião, *“Curso de Direito Comercial”* pág. 257; Bulgarelli, *“Sociedades Comerciais”* pág. 107; Fábio U. Coelho, *“Manual de Direito Comercial”*, pág. 154.

(5) - Adolfo Ruiz Velasco, *“Manual de Derecho Mercantil”* pág. 219.

(6) - Fábio U. Coelho ob. cit. pág. 154.

A dissolução das sociedades vem tratada nos artigos 335 a 343 do Código Comercial, que entrou em vigor em 25 de junho de 1850 por força da Lei nº 556, evidentemente marcado pela doutrina individualista da época, em que o caráter personalíssimo das sociedades e a vontade de contratar ou não pairavam acima de qualquer objetivo comunitário, desprovido o conceito de sociedade da idéia de geração de riquezas e benefícios a pessoas estranhas e não participantes da empreita, confundindo-se os sócios com a pessoa produtiva. Mas muito contribuiu para o início da visão atual das sociedades a distinção entre pessoas físicas e jurídicas estampada no artigo 20 do Código Civil, editado mais de meio século adiante, em 1916.

Hoje a noção de sociedade mais se amolda ao conceito de "empresa", tida esta como ente destinado à produção e circulação de riquezas, com um papel social relevantíssimo na ordem econômica, já que abastece o mercado para suprir as mais variadas necessidades humanas, gera empregos, contribui para a seguridade social, paga tributos, etc. E assim a sociedade comercial de século e meio atrás, desenhada e criada para nascer e viver ligada ao exíguo tempo de sobrevivência de seus instituidores, salvo aquelas, como já apontava a doutrina de então, contratadas a tempo certo e as ferroviária, de banco, seguro, serviço público concedido, especialmente se anônimas⁽⁷⁾, enfraqueceu-se diante do desenvolvimento industrial e inclusive em face do que se pode chamar de "trabalhismo".

No berço da doutrina individualista, portanto, foi regulada a dissolução das sociedades mercantis, apontando o legislador as hipóteses nos artigos 335 e 336 do Código Comercial.

Dispõem esses artigos:

Artigo 335. As sociedades reputam-se dissolvidas:

1. Expirando o prazo ajustado da sua duração
2. Por quebra da sociedade, ou de qualquer dos sócios
3. Por mútuo consenso de todos os sócios.
4. Pela morte de um dos sócios, salvo convenção em contrário a respeito dos que sobreviverem
5. Por vontade de um dos sócios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado.

Em todos os casos deve continuar a sociedade, somente para se ultimarem as negociações pendentes, procedendo-se à liquidação das ultimas.

Artigo 336. As mesmas sociedades podem ser dissolvidas judicialmente, antes do período marcado no contrato, a requerimento de qualquer dos sócios:

1. mostrando-se que é impossível a continuação da sociedade por não poder preencher o intuito e fim social, como nos casos de perda inteira do capital social, ou deste não ser suficiente;
2. por inabilidade de algum dos sócios, ou incapacidade moral ou civil julgada por sentença;
3. por abuso, prevaricação, violação ou falta de cumprimento das obrigações sociais, ou fuga de algum dos sócios

De acordo com a redação da lei, podemos observar que o legislador classificou a dissolução como de pleno direito, convencional e judicial, sendo que, com exceção do nº 4 do artigo 335, as causas importavam em dissolução total da sociedade, pois a dissolução parcial é, no nosso direito, criação pretoriana destinada a satisfazer a nova feição da empresa, evitando, assim, que se percam todos os benefícios que advêm de sua existência. Em outras legislações já se encontra a figura da dissolução parcial, também designada "rescisão parcial" ou "resolução parcial", de forma que se tornam mais avançadas do que o direito pátrio, citando-se como exemplo o ordenamento Uruguaio (artigo 144

(7) - Waldemar Ferreira 'Tratado de Direito Comercial' pag. 232

da Lei nº 16 060, de 6 de agosto de 1991) e o Argentino (Lei nº 19.550, de 25 de abril de 1972)

Embora no campo legislativo estejamos ainda sob o império do Código Comercial, a jurisprudência soube enfrentar a problemática advinda do quadro evolutivo anteriormente citado e sustentando-se no artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil fez valer uma interpretação salutar aos artigos 335 e 336 do Código Comercial de 1850, colocando à prova a sentença de Dumoulin: "Leges in scholis deglutiuntur, in palatiis digeruntur", ou seja, as leis são, nas Faculdades, mastigadas pelos juristas, porém sem dúvidas digeridas pelos tribunais⁽⁸⁾.

Consoante a esquematização do Código Comercial, portanto, o artigo 335 trata das hipóteses de dissolução *ope legis* e consensual (nº3), enquanto o artigo 336 resta para as causas que dão ensejo à decisão judicial mediante provocação do interessado.

Referida classificação, entretanto, já não tem mais razão de ser em face da nova forma de se encarar a empresa, apesar de grande parte da doutrina se valer dessa divisão para expor o assunto.⁽⁹⁾

Atualmente, como sugere Rubens Requião⁽¹⁰⁾, melhor critério a se encampar é o de dividir o tema em dissolução total e dissolução parcial, escapando da extensão adotada pelo Código, para preservação da sociedade ou empresa, apesar da apontada impropriedade do termo "dissolução parcial", que segundo Hernani Estrella indica apenas o afastamento do sócio e, portanto, hipótese de resilição parcial do contrato com fundamento na conveniência ou necessidade de preservação do organismo social. Diverso, assim, o significado da verdadeira dissolução, ou seja, a predisposição ao desaparecimento total e definitivo da empresa⁽¹¹⁾.

Nessa linha de considerações, mais adequada a terminologia dos direitos Argentino e Uruguaio, pois, como se pode observar, não importa a dissolução parcial em extinção da sociedade, mas tão-somente em expressão de uso correntio, ainda que impróprio, que designa o desligamento parcial do vínculo contratual que originou aquela⁽¹²⁾.

Questões de nomenclatura à parte, os tribunais têm dado ênfase e prestígio, sempre que há distensões entre os sócios, para a dissolução parcial, evitando-se a todo custo a dissolução total.

Aparentemente, encontraria obstáculo a classificação ora apresentada nas hipóteses de dissolução *ope legis* fundadas no término do prazo estabelecido para sociedade e/ou na morte de um dos sócios, mas tais ocorrências não significam que os demais participantes não pudessem se socorrer do Judiciário para impedir a dissolução de pleno direito, desde que fundados em dúvidas sobre a existência daqueles fatos, como observou Carvalho de Mendonça⁽¹³⁾. Daí porque temos que o critério agasalhado pelo Código Comercial não mais tem razões para subsistir. Além disso, igualmente preleciona Fábio Ulhoa Coelho⁽¹⁴⁾ que o critério legal só encontra fraco eco no aspecto procedimental por força do artigo 656 do Código de Processo Civil de 1939, não revogado pela legislação processual em vigor, eis que "nos casos de dissolução de pleno direito, o juiz ouvirá os interessados no prazo de quarenta e oito (48) horas e decidirá", ao passo que em se tratando de dissolução contenciosa seguir-se-á o prazo de cinco (5) dias. Vale dizer, tanto a dissolução, *pleno jure* como a contenciosa podem se subordinar à apreciação do Poder

(8) - Maria Helena Diniz. 'Tratado Teórico e Prático dos Contratos', vol. 1, pag. 2.

(9) - J.X. Carvalho de Mendonça, ob. cit. pag. 205; H. Villemor Amaral, ob. cit., pag. 163-172; Waldemar Ferreira, ob. cit., pag. 233-234; José Edwaldo Tavares Borba "Direito Societário", pag. 66; Fran Martins ob. cit. pag. 291; Amador Paes de Almeida ob. cit., pag. 63; Dylson Doria, ob. cit. pag. 304-312.

(10) - Rubens Requião, ob. cit. pag. 259.

(11) - Hernani Estrella, ob. cit. pag. 119-120.

(12) - Fábio U. Coelho, ob. cit. pag. 156.

(13) - Rubens Requião, ob. cit. pag. 258.

(14) - Fábio U. Coelho ob. cit. pag. 157-158.



Judiciário, como diferente não poderia ser por força do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

Logo, além da dissolução total ou parcial (critério quanto à extensão do rompimento do vínculo contratual dos sócios), podemos ter a dissolução extrajudicial ou judicial, dependendo da maneira como esta se processará. Assim, se a dissolução decorre do acordo de vontade dos sócios, tanto para totalmente extingui-la como para retirada ou substituição de um dos sócios, ter-se-á a dissolução extrajudicial, mas se o fim dissolutório colimado for obtido por meio de decisão judicial, haverá então dissolução judicial.

Em relação à reforma judicial é interessante a questão procedimental, sempre devendo ser realçado que o Título XXXVI, artigos 655 a 674, do Código de Processo Civil de 1939, se encontra em vigor por força do artigo 1.218, inciso VII, do Código de Processo Civil em vigor (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), resultando quanto à forma de apuração de haveres (artigo 668 - CPC/1939) divergência jurisprudencial.

Em suma, a dissolução das sociedades será total ou parcial e extrajudicial ou judicial.

2 - Causas de dissolução total

Rubens Requião⁽¹⁵⁾ aponta como motivos de dissolução total da sociedade o distrato, a expiração do prazo pactuado para duração da sociedade e a impossibilidade de a sociedade preencher o intuito e o fim social. Fábio Ulhoa Coelho⁽¹⁶⁾, por sua vez, acrescenta como fatos propiciadores desse estado a falência, a unipessoalidade e causas contratuais.

Analisemos cada uma das causas enumeradas por esses doutrinadores, começando pela expiração do prazo determinado de existência da sociedade.

2.1 - Sociedade com prazo certo

Dissolve-se a sociedade pela expiração do prazo ajustado ou implemento da finalidade para a qual ela foi constituída (art. 335, nº 1, CCom), uma vez que sua criação pode ter se dado para a conclusão de certa obra, por exemplo, a construção de uma ferrovia.

O fato de a sociedade subordinar-se a um objeto temporário não a coloca ou a identifica como de prazo indeterminado, ocorrendo simplesmente que esse tempo de duração será incerto, ou seja, até finalização de seu objetivo.

No caso de a empresa ter um único objetivo (v.g., a construção da ferrovia) e seus estatutos marcarem um prazo certo de existência, realizado o objeto social antes do transcurso do tempo designado, operar-se-á sua dissolução. Continuará operando regularmente, entretanto, a sociedade que, antes de emergir o lapso temporal assinado, tiver seu prazo prorrogado mediante a concordância unânime de todos os sócios. Referida prorrogação deverá ser levada a arquivamento na Junta Comercial e esse ato registrário não poderá ser almejado após a expiração do prazo de duração da sociedade (artigo 35 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994). Assim, ultrapassado o prazo contratual de sua duração sem que se tenha dado a prorrogação, a sociedade será considerada irregular, desde que continue operando, e "perderá a proteção de seu nome empresarial" (artigo 59 da Lei nº 8.934/94). Uma vez vencido o tempo, os sócios poderão elaborar distrato (dissolução extrajudicial).

Não dissolvida a sociedade por força de sua prorrogação, não se dará a formação de uma nova entidade mas, tão-somente, teremos sua continuação a teor do artigo 307 do

(15) - Rubens Requião, ob. cit. pág. 260.

(16) - Fábio Ulhoa Coelho ob. cit. pág. 158.

Código Comercial e sua acurada interpretação por parte de Eunápio Borges, secundado por Waldirio Bulgarelli⁽¹⁷⁾.

Reza o artigo 60 da lei em vigor acerca do Registro Público de Empresas Mercantis que "a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de dez anos consecutivos deverá comunicar à Junta Comercial que deseja manter-se em funcionamento", sob pena de não o fazendo, após notificação (pessoal ou ficta) da Junta Comercial, ser considerada inativa, ter seu registro cancelado e perder a proteção de seu nome empresarial, ou seja, subordinando-se, ao que parece, a uma situação dissolutória já que sua reativação só poderá se dar por meio do mesmo procedimento destinado para sua constituição.

O problema está em se saber se mencionado artigo se aplica ou não às sociedades de prazo certo.

Imaginemos que uma sociedade seja criada para durar quinze (15) anos e após decorridos dez anos nenhum ato tenha sido levado a registro, bem como nenhuma comunicação se tenha dado pela empresa notificada regularmente. Nesta hipótese, poderá a Junta Comercial cancelar seus registros e submetê-la às sanções já apontadas?

Parece-nos que a resposta só pode ser negativa, pois a sociedade já fora constituída com a manifestação dos sócios acerca de sua duração, configurando-se a exigência por parte do artigo 60 da Lei nº 8.934/94 cabível apenas às sociedades por tempo indeterminado, sendo que submeter a sociedade, por prazo certo, àquelas sanções importarão ofensa a seu direito líquido e certo de existência pactuada no contrato social, subordinando-se o órgão competente ao remédio constitucional do mandado de segurança.

2.2 - A morte de um dos sócios

A morte de um dos sócios sempre configurou-se em motivo para a dissolução total da sociedade, salvo disposição em contrário dos que sobreviverem, nos termos exatos do artigo 335, nº 4, do Código Comercial. Assim, pactuado entre os sócios que sobrevivendo a morte de algum deles a sociedade permaneça, evita-se que ela se dissolva e então seus sucessores acabam por receber o quinhão do falecido, que será levado a inventário.

Fran Martins e Rubens Requião⁽¹⁸⁾ divergem a respeito de dever ser a cláusula de continuação da sociedade pactuada antes ou depois do evento morte: o primeiro acredita ser imprescindível que a estipulação seja anterior ao falecimento do sócio, enquanto o último - se valendo do direito francês - vê a continuação da sociedade como uma "condição implícita, mesmo na ocorrência do falecimento do sócio, sem que haja necessidade contratual expressa", embora reconheça o peso majoritário da posição agasalhada pelo primeiro.

Atualmente, manifesta a tendência de se preservar a sociedade, parece que mais sensato é o ensinamento de Requião, que desemboca na dissolução parcial e evita a deletéria extinção da empresa.

Nada impede também que a sociedade continue com os herdeiros do falecido desde que estes queiram e inexistam motivos justos para recusa por parte dos demais sócios. Sem embargo da posição de Hernani Estrella⁽¹⁹⁾, somos da opinião de que todo e qualquer herdeiro do falecido poderá participar da sociedade. Citado autor vê necessária a limitação aos herdeiros necessários e cônjuge supérstite tendo em vista que, no momento da celebração da cláusula de prosseguimento da sociedade, só estes eram conhecidos de antemão, enquanto os instituídos fogem à vocação hereditária legal. Referida limitação

(17) - Waldirio Bulgarelli, ob. cit. pág. 110.

(18) - Fran Martins, "Direito Societário", pág. 306; Rubens Requião ob. cit. págs. 269-270.

(19) - Hernani Estrella ob. cit. pág. 86.



não tem razão de ser, pois os demais sócios só poderão se opor ao ingresso dos sucessores diante de motivo justo e não nos parece que, inexistindo limitação legal àqueles herdeiros instituídos, possa prevalecer tal restrição, salvo se contratualmente os sócios limitarem o ingresso de herdeiros testamentários no caso de morte de um deles.

O artigo 308 do Código Comercial veda o ingresso de herdeiros menores na sociedade mercantil, ainda que autorizados pelo juiz. Essa restrição só tem razão de ser se considerarmos que se aplicam às sociedades cuja responsabilidade seja ilimitada, não se aplicando o artigo 1.403 do Código Civil, dispositivo que permite o ingresso de menor nas sociedades desde que autorizado pelo juiz⁽²⁰⁾, já que o art. 291 do Código Comercial só permite a aplicação subsidiária das normas do Código Civil. Se a sociedade for por quotas de responsabilidade limitada, poderá o menor participar dela como cotista, segundo doutrina João Eunápio Borges da Silva e outros que são citados em jurisprudência colecionada por Darcy de Arruda Miranda Júnior⁽²¹⁾.

De qualquer forma, entendemos que a sociedade comercial nunca se dissolverá em caso de morte de um dos sócios e acabará quando muito em rescisão parcial do vínculo contratual, com a conseqüente apuração de haveres do sócio falecido. Poderá ainda o herdeiro menor participar da sociedade se esta for limitada, mas apenas como cotista.

2.3 – Distrato

Outra causa de dissolução total da sociedade é o distrato (art. 335, nº 3, do CCom.), que nada mais é do que uma convenção entre todos os participantes do quadro societário destinada a extinguir o ente anteriormente criado. Essa forma de dissolução, também designada de convencional, opera-se extrajudicialmente, não havendo necessidade de que se dê pela mesma forma de instrumento por que foi celebrada. Essa exigência do artigo 337 do Código Comercial encontra-se revogada pelo artigo 53 da Lei nº 8.934/94, que dispõe: “as alterações contratuais ou estatutárias poderão ser efetivadas por escritura pública ou particular, independentemente da forma adotada no ato constitutivo”, aliás, regra repetida do artigo 11 da Lei nº 6.939/81 que já houvera revogado aquele dispositivo do Código e artigo 62, parágrafo 3º, do Decreto nº 57.651/66.

2.4 – Impossibilidade de execução do fim e intuito social

A impossibilidade de atender o fim e intuito social é causa de dissolução prevista no artigo 336, inciso I, do Código Comercial que, exemplificativamente, aponta em decorrência da perda ou insuficiência do capital social, que “representa a totalidade, expressa em dinheiro, dos contingentes realizados ou prometidos pelos sócios com aquela destinação”⁽²²⁾.

Não é a diminuição do capital social que autoriza se falar em dissolução, mas apenas a redução que inviabilize a empresa de atingir seu fim social.

As situações previstas no artigo do Código que podem dar causa à dissolução são enumerativas, pois outras causas podem fazer com que a sociedade não desenvolva seu objeto social: a doutrina aponta a incidência de impostos proibitivos sobre o objeto industrial da sociedade, a concorrência aberta por outros à sociedade, a proibição de

(20) – Art. 1.403 CCB – “Se o contrato estipular que a sociedade continue com o herdeiro do sócio falecido, cumprir-se-á a estipulação, toda vez que se possa; mas, sendo menor o herdeiro, será dissolvido, em relação a ele, o vínculo social, caso o juiz o determine.”

(21) – Darcy de Arruda Miranda Júnior “Dicionário Jurisprudencial da Sociedade de Responsabilidade Limitada”, pág. 200-203.

(22) – J.X. Carvalho de Mendonça ob. cit. pág. 28.

importação ou exportação das mercadorias com as quais negociava a sociedade, os prejuízos ocorridos pela falência de devedores da sociedade⁽²³⁾ e, acrescentamos, em face de legislação superveniente que torne o objeto social da sociedade ilícito civil ou penal. Assim, muitas podem ser as causas que abalam o objeto social.

É também comum na doutrina enumerar-se a grave divergência entre os sócios – não mera desinteligência – entre as causas que atingem o intuito e o fim social⁽²⁴⁾, contudo, essa divergência acaba, via de regra, gerando dissolução parcial, salvo quando se tratar de sociedade composta por dois sócios, para aqueles que entendem pela impossibilidade da sociedade unipessoal no nosso direito⁽²⁵⁾.

Como pondera Fábio Ulhoa Coelho⁽²⁶⁾, essa modalidade de dissolução pode ser extrajudicial ou judicial na medida em que os sócios discordem ou não da ocorrência das causas dissolutórias.

2.5 – Causas contratuais

Causas contratuais previamente estabelecidas entre os sócios poderão acarretar a dissolução total da sociedade, configurando-se tal hipótese no cumprimento de seu próprio contrato de constituição.

É a instituição de cláusula resolutiva ou condição resolutiva (art. 119 do Código Civil) sujeita à apreciação do judiciário se um dos sócios entender por sua não ocorrência. Do contrário, superveniente a condição, sem dúvidas acerca de sua incidência, somos da opinião que os sócios deverão lavrar instrumento de distrato.

Diante uma cláusula resolutiva inserida nos estatutos da sociedade constituída por prazo certo, realizada a condição dever-se-á desconsiderar o tempo ajustado, pois a indicação destas duas causas de dissolução mostra a vontade dos sócios como alternativa, prevalecendo a causa resolutiva pela possibilidade de ocorrer antes do termo.

Vencido o prazo de duração da sociedade, continuando esta suas atividades, será tida como irregular, de forma que se operada a condição resolutiva previamente pactuada e sem que tenham os sócios levado a efeito distrato, também será taxada de irregular.

2.6 – Sociedade unipessoal

A grande maioria dos autores⁽²⁷⁾ atestam que a sociedade se dissolve totalmente diante a unipessoalidade, ou seja, resumindo-se a um único sócio a sociedade perderia sua condição conceitual: a pluralidade de pessoas.

Especialmente porque o artigo 335, nº 4, do Código Comercial fala em dissolução, “salvo convenção em contrário a respeito dos que sobreviverem”, pressupondo-se assim que devam sobrar pelo menos dois integrantes.

A despeito dessa posição majoritária, existe corrente baseada na conservação da empresa que vê na sociedade unipessoal, em situação temporária, a solução para se evitar o perdimento de sua atividade produtiva⁽²⁸⁾, levando-se a decretar a dissolução parcial, saindo o sócio dissidente ou herdeiros deste sua parte do patrimônio.

(23) – J.X. Carvalho de Mendonça ob. cit.; Waldemar Ferreira ob. cit. pág. 285.

(24) – Waldemar Ferreira, ob. cit., pág. 286.

(25) – Fábio U. Coelho ob. cit. pág. 160; Rubens Requião ob. cit. pág. 261.

(26) – Fábio U. Coelho ob. cit. pág. 157.

(27) – J.X. Carvalho de Mendonça, ob. cit. pág. 212; Waldemar Ferreira, ob. cit., pág. 244; Rubens Requião, ob. cit., pág. 263; Fábio U. Coelho, ob. cit. 160; Hernani Estrela, ob. cit. pág. 87; Waldino Bulgarelli, “Alguns estranhos casos de sociedade por cotas de responsabilidade limitada no direito brasileiro”, pág. 23-29, RDM, nº 25, Ano 1977, Ed. RT.

(28) – Pontes de Miranda, RT 665/88; Eduardo de Souza Carmo, “Sociedade unipessoal por cotas de responsabilidade limitada” RDM nº 75, Ano 1989, pág. 41-47.

Nesse sentido vem se colhendo inúmeros julgados nos tribunais, dentre os quais citamos RT 439/191, 649/70, 665/87; RSTJ 18/345 e 22/422; RTJ 665/87; Ap. Cível nº 38.970 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 4ª Câmara, rel. Des. Alcides Aguiar, v.u., de 13.4.93 (in IOB - Repertório de Jurisprudência nº 3/8641); Ap. Cível nº 5.233/92, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 1ª Câmara, v.m., 27.4.93 (in IOB - Repertório de Jurisprudência nº 3/9303).

No direito alienígena encontramos substrato legal para indigitada postura⁽²⁹⁾, pois conferem às sociedades caráter institucional, contudo, no direito pátrio os defensores de sua existência baseiam-se, fundamentalmente, no fato de que "não se deve esquecer de que a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, embora constituída segundo as regras das sociedades de pessoas, isto é, pelas disposições dos artigos 300 a 302 do Código Comercial, rege-se pelas normas contidas no Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919. O artigo 18 do citado Decreto nº 3.708/19 estabelece que: 'Serão observadas quanto às sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, no que não for regulado no estatuto social, e na parte aplicável, as disposições da lei das sociedades anônimas'. Ora, conforme dispõe o artigo 206 da Lei de Sociedades Anônimas, verificada em assembléia geral ordinária a existência de apenas um único acionista, pode a companhia prosseguir operando pelo prazo de um ano, dissolvendo-se depois se o mínimo de dois acionistas não for reconstituído, ressalvada a hipótese da subsidiária integral"⁽³⁰⁾.

Dito posicionamento, por outro lado, encontra resistência no argumento de que o disposto no artigo 206 da Lei nº 6.404/76 é regra excepcional das sociedades por ações, logo inestendível às sociedades de pessoas.

Apesar de Fábio Ulhoa Coelho se situar pela dissolução total da sociedade em face da unipessoalidade, aponta como salutar o entendimento jurisprudencial de permitir a continuação da sociedade nas mãos do único sócio, que a exploraria individualmente até que nova fosse constituída.

Acreditamos todavia, em que pese o luminar doutrinador, que a continuação da sociedade por quotas de responsabilidade limitada na modalidade unipessoal não significa que o sócio deva ser tratado como comerciante com firma individual, senão após decorrido um ano. E dentro desse prazo teríamos, de acordo com a jurisprudência favorável à sociedade unipessoal - uma *contradictio in terminis* -, uma sociedade de cunho "institucional" como acolhida no direito estrangeiro citado. Após um ano da singularidade, então teríamos que considerá-la dissolvida, respondendo o sócio remanescente por firma individual. Nem o ingresso de novo sócio nessa sociedade implica a formação de outra, diversa daquela sujeita anteriormente à unipessoalidade. Aqui temos apenas a continuação da sociedade unipessoal que, agora, retorna à pluralidade de elementos. Do contrário, fosse o ingresso de novo sócio considerado como criação de nova sociedade, esse fato estaria dissolvendo a sociedade que antes não foi extinta por circunstância de maior relevo, qual seja, a própria unipessoalidade.

Assim, a sociedade, que antes tinha composição plural, tornou-se unipessoal e a que retorna ao estado inicial é a mesma, logo existente como dantes e consideradas as saídas e entradas de sócios como singelas alterações societárias. Com efeito, ainda que seja um contrasenso falar-se em sociedade unipessoal, o seguimento jurisprudencial acabará, num futuro bem próximo, por influir legislação do teor da francesa e alemã, entretanto, até que tal sobrevenha, a unipessoalidade pode importar a dissolução total da sociedade, senão após decorrido o prazo do art. 206 da Lei nº 6.404/76, aplicável subsidiariamente às sociedades por cotas de responsabilidade limitada em face das exigências sociais colocadas na questão.

(29) - Legislação Francesa e Alemã, cf. Fran Martins ob. cit. pág. 187.

(30) - Darcy A. Miranda Jr. ob. cit. pág. 326.

Com maior razão deverá adotar-se a dissolução parcial se houver cláusula de renúncia ao pedido de dissolução total em casos de morte, incapacidade e denúncia de um dos sócios.

2.7 - A falência da sociedade

A declaração da falência da sociedade prevista como causa dissolutória no artigo 335, primeira parte, do nº 2, do Código Comercial, encontra divergência na doutrina, defendendo alguns autores que a falência da sociedade, modalidade sempre judicial (Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945), representa a sua dissolução total, pois os sócios são afastados do controle e administração e essa situação confunde-se com a liquidação, não se podendo falar que a sociedade revive com a concordata suspensiva, que deve ser proposta pelos sócios e não pela falida.⁽³¹⁾

Cite-se parte discordante da doutrina,⁽³²⁾ atrelada à idéia de que a sentença declaratória da falência não extingue a personalidade jurídica da sociedade, uma vez que esta (a sociedade) poderá inclusive prosseguir no comércio a requerimento do "falido" e deferimento do juízo (art. 74 da LF) e diante da possibilidade de processamento da concordata suspensiva (art. 177 da LF).

É da jurisprudência: "A falência, como causa legal de dissolução das sociedades mercantis, não extingue sua personalidade jurídica, que se mantém até completa liquidação do seu patrimônio e encerramento do processo (art. 179 do Decreto-Lei nº 7.661/45)" (Ac. un. em sessão plenária do TJDF, na Resc. 100, Rel. Des. Joffily, DJU, 30 de nov. de 1982, pág. 12.299).⁽³³⁾

Vale assinalar que a dissolução também não é causa extintiva da pessoa jurídica, mas sim a partilha, de forma que tanto a falência como a dissolução não a atingem, pelo menos num primeiro momento, pois, só ao final do procedimento dissolutório ou falimentar poderemos falar em extinção da pessoa jurídica. De forma que, classificar a falência como não causa dissolutória pelo fato de não extinguir a personalidade jurídica não parece ser o melhor caminho.

O traço relevante na dissolução total é a sobrevivência da empresa, ou a viabilidade de continuação de suas atividades, independentemente do sócio que se retira com seus haveres. Ora, a circunstância de a empresa falida poder continuar no comércio (art. 74 da LF) e até reviver com a concordata suspensiva (art. 177 da LF) é que se faria relevante para identificar a falência como causa de dissolução parcial.

Afigura-se-nos, entretanto, mais razoável ver a declaração da falência como causa potencial de dissolução total, posto que as probabilidades de se fugir da liquidação são remotas no campo prático (arts. 74 e 177 da LF), raramente se encontrando na jurisprudência casos de continuação do negócio pelos sócios da falida ou de concordatas suspensivas.

3 - Causas de dissolução parcial

Restam situações de onde emerge a dissolução parcial da sociedade comercial, de acordo com doutrina até aqui referida:⁽³⁴⁾ a vontade dos sócios; a falência de um dos sócios, a morte de sócio; a retirada de sócio; exclusão de sócio. E, por força do entendimento que acolhe a "sociedade unipessoal", ainda que sejam dois os sócios componentes da sociedade teremos a dissolução parcial.

(31) - Waldemar Ferreira ob. cit. pág. 252; J.X. Carvalho de Mendonça ob. cit. pág. 216; Fábio U. Coelho ob. cit. pág. 159; Fran Martins ob. cit. pág. 295; Dilson Dória ob. cit. pág. 308.

(32) - Rubens Requião ob. cit. págs. 266-267; Waldírio Bulgarelli ob. cit. pág. 112.

(33) - Darcy Arruda Miranda Jr. ob. cit. pág. 79.

(34) - Fábio Ulhoa Coelho ob. cit. pág. 161; Rubens Requião ob. cit. pág. 263.

3.1 – A convenção

A convenção entre os sócios pode operar a dissolução parcial como consigna a doutrina, ou seja, permite-se que um dos participantes se retire apurando seus haveres, mas subsistindo a sociedade. Ao que parece, na essência, essa causa se confunde com o direito de retirada do sócio nas sociedades de pessoas de prazo indeterminado (art. 335, nº 5, CCom).

Sendo a sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou por tempo certo, os sócios podem consentir também na saída daquele que demonstrar tal interesse, mas apenas por mera liberalidade, posto que nesses tipos societários só por motivo justificado, e via judicial, poderia o descontente buscar sair do quadro social e levar consigo seus haveres (art. 15 da Lei nº 3.708/19 e art. 336, nºs 1, 2 e 3 do CCom).

3.2 – A falência de um dos sócios

Decretada a falência de um dos sócios, dar-se-á a dissolução parcial ingressando para a massa “somente os haveres que na sociedade ele possuir e forem apurados, na forma estabelecida no contrato. Se este nada dispuser a respeito, a apuração far-se-á judicialmente, salvo se, por lei ou pelo contrato, a sociedade tiver de liquidar-se, caso em que os haveres do falido, somente após o pagamento de todo o passivo da sociedade, entrarão para a massa” (art. 48 da LF).

Desta forma, a doutrina é caudalosa acerca da derrogação da parte final do número 2 do artigo 335 do Código Comercial.

Interessante sobre o tema é a observação de Cunha Peixoto, referida no voto vencido do Desembargador Doreste Baptista do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, inserto na Ap. Cível nº 5.233/92, julgado em 27.4.93 (IOB-3/9303): “Mas, nem sempre o problema aparece com esta facilidade. E a falência do sócio, independente de previsão contratual ou de disposição expressa de lei, pode acarretar a dissolução da sociedade por cota de responsabilidade limitada. Com efeito, a apuração dos haveres do sócio falido e o consequente pagamento de sua parte tem lugar com aquisição de sua cota pela sociedade, e a esta só é lícito proceder com fundos disponíveis e sem ofensa do capital. Ora, se a sociedade não tem fundos disponíveis e os outros sócios não tomam a si a cota, ou não acordam em transferi-la a terceiro, a sociedade entra, fatalmente, em dissolução. Não é possível o pagamento puro e simples da parte do sócio falido sem a existência de fundo disponível, porque isto viria em ofensa ao capital, o que vai em arrepio à lei (A soc. por cota..., II, nº 411, pág. 20, Forense, Rio, 1956).”

Observe-se que o quadro dissolutório criado não tem como causa propriamente dita a falência do sócio. Aqui, a razão da dissolução total é a impossibilidade do cumprimento do intuito e fim social, pela perda ou insuficiência do capital social. O problema gerado no capital social, sim, decorre da falência do sócio – e poderia ser outro o fato –, mas a dissolução total se operará a reboque do artigo 336, nº 1, do Código Comercial.

3.3 – Direito de retirada

O direito de retirada vazado no artigo 335, nº 5, do Código Comercial, que gerava a dissolução total da sociedade, em sendo esta constituída por tempo indeterminado, está a evidenciar o forte reinado do individualismo existente à época da criação daquele diploma legal. Mas pelas razões já expostas relativas à atual ótica da empresa, a intenção do sócio de se afastar da sociedade não desemboca na dissolução total. Pelo contrário, permite-se a apuração de seus haveres, permanecendo a pessoa jurídica.

O direito de denúncia do sócio estrutura-se no fato de que ninguém é obrigado a contratar contra sua vontade; todavia, esse direito não pode chegar ao extremo de obstar o direito dos outros sócios de continuarem a sociedade.

Não parece prudente a lição de Waldemar Ferreira⁽³⁵⁾, que vê no dispositivo uma norma de ordem pública, logo, irrenunciável, cujo direito é potestativo, de forma que não se cogita de perquirir os motivos do sócio desinteressado.

Melhor lição é no sentido de que se pode renunciar nos estatutos sociais ao direito de dissolver a sociedade por vontade daquele que almeja a despedida imotivada⁽³⁶⁾, desde que a renúncia não se enderece ao direito de pedir a dissolução total por motivo justificado.

No escopo de preservar a sociedade, assim, colhem-se na jurisprudência vários casos⁽³⁷⁾ em que se transforma o pedido de dissolução total em parcial, com a extinção do vínculo social frente ao sócio que se despede, se retira e leva consigo seus haveres, em pagamento a vista, de acordo com a verificação física e contábil dos valores do ativo, como se total fosse a dissolução.

Daí ser conveniente grifar que o direito de recesso, propriamente dito, é atributo das sociedades de capitais e serve para coibir abusos contra a minoria, pois esta poderá diante da dissidência gerada pela alteração do contrato social solicitar a saída (art. 15 da Lei nº 3.708/19). A dissolução parcial fundada na despedida de sociedade constituída por tempo indeterminado, sem questionamento de justa causa, não cabe apenas à minoria, pelo contrário, a todo e qualquer sócio.

3.4 – Exclusão de sócio

Também será causa de dissolução parcial da sociedade a exclusão de um dos sócios pela unanimidade⁽³⁸⁾ dos demais, consoante se vê dos artigos 289, 317⁽³⁹⁾, 336, nºs 2 e 3 e 339 do Código Comercial.

A exclusão, prevista em vários diplomas estrangeiros (v.g. Alemanha, Áustria, Suíça, Itália, França e Portugal), difere do direito de recesso; este é uma faculdade conferida ao sócio (artigo 335, nº 5 e artigo 15 do Dec. nº 3.708/19), enquanto aquela funciona como uma sanção, já que o sócio é expulso da sociedade, de maneira que deve ser considerada como “a retirada forçada do sócio de uma sociedade comercial”.⁽⁴⁰⁾

Essa providência, tomada pelos demais sócios, independentemente se maioria ou não do capital social e não pela sociedade, se faz necessária para preservar a pessoa jurídica constituída.

São casos de expulsão de sócio: a) a não integralização do capital social; b) a inabilidade, incapacidade moral ou civil do sócio; c) abuso, prevaricação, violação ou falta de cumprimento das obrigações sociais e fuga de algum dos sócios; e) outras causas justificadas (artigo 339 do C. Com.).

(35) - Waldemar Ferreira, ob. cit., pág. 250.

(36) - Rubens Requião, ob. cit., pág. 270 - citando o Ministro do STF Oroszimbo Nonato in RT 166/845; Walter T. Tavares, citado in RT 520/207; Hernani Estrada, ob. cit., pág. 61.

(37) - “Sociedade comercial. Dissolução requerida por alguns sócios. Motivos irrelevantes. Transformação em dissolução parcial e retirada dos sócios discordantes... A disposição do artigo 335, V, do Código Comercial, pressupõe sério e inarredável, não agasalhando, de consequência, meros caprichos pessoais... A temperança deste artigo, subordinando sua eficácia à existência de motivo idôneo há de subsistir, ainda que não conste de cláusula contratual expressa a continuação da sociedade no caso de retirada de um ou de alguns dos sócios” - Revista do Tribunal de Justiça do Paraná nº 06/122.

(38) - RT 443/249-252.

(39) - “Art. 289. Os sócios devem entrar para o fundo social com as quotas e contingentes a que se obrigarem nos prazos e pela forma que se estipular no contrato. O que deixar de o fazer responderá à sociedade ou companhia pelo dano emergente da mora se o contingente não consistir em dinheiro; consistindo em dinheiro pagará por indenização o juro legal somente (artigo 249). Num e noutro caso, porém, poderão os outros sócios preferir, à indenização pela mora, a rescisão da sociedade a respeito do sócio remisso.” “artigo 317... O sócio de indústria não pode, salvo convenção em contrário, empregar-se em operação alguma comercial estranha à sociedade; pena de ser privado dos lucros daquela e excluído desta”.

(40) - Fran Martins, “Direito Societário” pág. 250.

A inabilidade é a falta de aptidão do sócio para execução de suas atividades em benefício da sociedade; a incapacidade moral traduz um conceito aberto demais, variando muito em razão do local e época, dependendo sempre de uma sentença para que se a tenha como caracterizada, apesar da posição de Waldemar Ferreira ⁽⁴¹⁾ que considera duvidosa a exigência de decisão judicial a respeito; a incapacidade civil dependerá sempre de prévia apreciação pelo judiciário; o abuso, a prevaricação (sentido amplo e não jurídico penal) e a fuga de um dos sócios designam simplesmente descumprimento de qualquer obrigação social; outras causas justificadas são apontadas pela doutrina, dentre as quais: a recusa sistemática de tomar parte nas deliberações, a fim de não assumir responsabilidades juntamente com os demais sócios, o uso abusivo da firma ou razão social, negar o sócio-gerente a qualquer sócio o exame dos livros, papéis e documentos, etc. ⁽⁴²⁾

Vale lembrar que graves desinteligências entre os sócios, que acarretam a perda da *affectio societatis*, abalam o desenvolvimento regular do intuito e fim social da sociedade, fundando-se essa causa no artigo 336, nº 1, do Código Comercial.

Todas essas causas sinalizam para a dissolução parcial da sociedade e não para a drástica extinção dela.

Explica Rubens Requião que o Código Comercial, no artigo 289, criou uma exceção à teoria individualista e abriu a possibilidade aos sócios de pleitearem o cumprimento do compromisso assumido ou a rescisão frente ao inadimplente ⁽⁴³⁾, fazendo com que a sociedade não se dissolvesse. Como aponta Requião, dentro de uma linha lógica, deveria a não integralização do capital ser causa de dissolução total porque nesta oportunidade já estaria constituída a sociedade.

O procedimento poderá ser extrajudicial, como aliás já previa o artigo 6º, I, "c" da Lei nº 6.939/81 e Instrução Normativa nº 07 do DNRC, de 16-9-86, disposições legais revogadas pela atual Lei nº 8.934/94, desde que indicado o motivo e a destinação do capital social, quando se tratar de exclusão de sócio minoritário, mas deverá ser judicial quando se tratar de afastamento compulsório de sócio majoritário.

Não há necessidade de cláusula contratual expressa no sentido de se permitir a exclusão de qualquer dos sócios, bastando que ocorra uma das causas elencadas pela lei ou outra que evidencie ser justo o afastamento do sócio rejeitado.

Atualmente, a Lei nº 8.934/94 proíbe o arquivamento da "alteração contratual, por deliberação majoritária do capital social, quando houver cláusula restritiva" (artigo 35, VI), parecendo que os sócios possam renunciar totalmente ao direito de exclusão de um dos integrantes do quadro societário. Interpretar desta forma o dispositivo não se coaduna com o fim social. O dispositivo deve ser visto como a possibilidade de se vedar a exclusão de sócio em certas hipóteses previstas contratualmente, assim, limitando o campo de atuação dos integrantes da sociedade. Por outras palavras, os demais sócios só poderiam expulsar o indesejado diante das situações previstas na lei ou fora daquelas previamente pactuadas, já que situações destipificadas de plano como causadores do direito de exclusão. Não se pode, todavia, considerar como válida a cláusula restritiva do direito de exclusão que venha, por exemplo, proibir o afastamento do sócio que desfalca os cofres da sociedade, que seja condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil, ou outra causa que coloque em risco a própria sobrevivência da sociedade.

Poder-se-ia cogitar que o artigo 35, inciso VI, da Lei nº 8.934/94 tratasse de um problema meramente instrumental, ou seja, diante da existência de uma cláusula restritiva de "alteração contratual, por deliberação majoritária do capital social", esta só poderia se dar judicialmente. Aqui, bastando a existência da cláusula limitadora, ainda que genérica, teríamos obrigatoriamente a demanda judicial e, portanto, procedimento dissolutório par-

(41) - Waldemar Ferreira, ob. cit. pág. 288-289

(42) - Waldemar Ferreira, ob. cit., pág. 290; J. X. Carvalho de Mendonça, ob. cit. pág. 222

(43) - Rubens Requião, ob. cit. pág. 276

cial, o que nos parece mais gravoso para o ente societário. Ao órgão administrativo deve-se outorgar o poder de avaliar o conteúdo da restrição contratual, acolhendo-se a alteração formulada pela maioria do capital social quando esta estiver fora dos limites da restrição pactuada, ou, ainda, quando presentes indícios veementes de improbidade do sócio excluído e prova de sua incapacidade para figurar no quadro societário por força de sentença condenatória, com trânsito em julgado, que o proíba do exercício da atividade mercantil. Temos que a intenção do legislador, ao redigir o inciso VI do artigo 35, foi de proteção dos sócios minoritários diante da maioria do capital social que, via de regra, exerce o poder de exclusão ainda que este não dependa necessariamente dele (capital social), sendo inferiores numericamente os casos de exclusão do sócio majoritário pela minoria do capital social. Mas essa proteção não deve ser interpretada em detrimento da empresa, indo ao ponto de se evitar a exclusão extrajudicial do sócio minoritário pela simples existência de cláusula genérica que proíba a alteração do contrato social por vontade da maioria do capital. Evidentemente, o sócio minoritário poderá demandar judicialmente se sua exclusão se deu contra o conteúdo da cláusula restritiva, podendo até reintegrar-se no quadro social.

I - Regime dissolutório da Lei das Sociedades por Ações

Na vigência do Decreto-Lei nº 2.627/40 não se falava em dissolução mas em liquidação e partilha do patrimônio social, pois o legislador da época entendeu por se afastar do conceito de "dissolução" por considerá-lo impróprio e repleto de dúvidas ⁽⁴⁴⁾, todavia, na legislação atual retornou-se à orientação tradicional, onde a sociedade conserva sua personalidade jurídica até que se finde a liquidação.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, prevê, no capítulo XVII, as formas de dissolução, liquidação e extinção das sociedades por ações, que têm preservada sua personalidade jurídica até a extinção, após a liquidação (artigo 207).

O artigo 206 enumera as causas dissolutórias das sociedades anônimas como sendo de "pleno direito", "por decisão judicial" e "por decisão de autoridade administrativa".

Dissolve-se, assim, de pleno direito a sociedade: a) pelo término do prazo de duração; b) nos casos previstos no estatuto; c) por deliberação da assembleia geral por acionistas detentores de, no mínimo, metade das ações com voto; e d) por unipessoalidade incidente; e) por extinção da autorização para funcionar.

As sociedades anônimas, via de regra, sobrevivem mais que o período de vida da pessoa humana, entretanto nada impede que tenham um prazo marcado para sua existência, de forma que expirado esse prazo, suas atividades normais deverão ser paralisadas para que se processe sua extinção. Os acionistas da sociedade poderão evitar a dissolução da companhia desde que decidam em assembleia geral e, evidentemente, que referida decisão seja antes do vencimento do prazo. Operando a companhia após o termo marcado, sem que tenha sido este regularmente prorrogado, a sociedade será considerada irregular.

Previsões estatutárias poderão dar causa à dissolução da companhia desde que, como observa Fran Martins ⁽⁴⁵⁾, não atentem contra a lei. Essas causas previamente ajustadas podem ser das mais variadas, como por exemplo a realização de certos objetivos estatutários, etc.

A decisão em assembleia geral por acionistas detentores de metade das ações com voto é catalogada pela lei como causa de dissolução de pleno direito, o que critica Fran Martins ⁽⁴⁶⁾, entendendo este autor que deveria se chamar de "dissolução consensual ou

(44) - Rubens Requião, ob. cit., pág. 280

(45) - Fran Martins, "Comentários à Lei das Sociedades Anônimas" vol. III pág. 7

(46) - Fran Martins, ob. cit. pág. 8

voluntária" por ser necessária a manifestação de vontade dos acionistas. Ao que nos parece, todavia, não se poderia falar em "dissolução voluntária" ou consensual porque imprescindível para que tal ocorra a unanimidade, elemento dispensável na assembleia geral.⁽⁴⁷⁾

A não pluralidade de acionistas depois de duas assembleias ordinárias também é causa de dissolução, salvo em se tratando de "subsidiária integral" (artigo 251). Aqui se deve levar em conta a existência de um único acionista que detém todas as ações da sociedade, sem distinção da categoria destas ações, e não se exige que o acionista totalitário da segunda assembleia seja o mesmo que da primeira, pois basta a unipessoalidade constatada na última assembleia realizada.

Algumas sociedades dependem de autorização para funcionar, assim, cassado esse requisito indispensável para o exercício de suas atividades ter-se-á sua dissolução.

Judicialmente, a sociedade será dissolvida quando, por qualquer acionista, for intentada ação de anulação de sua constituição; ou, se proposta, por acionistas que representem 5% ou mais do capital social, ação de dissolução por impossibilidade de cumprimento de seu objeto social; e, finalmente, pela decretação da falência.

O direito de retirada do acionista dissidente que é reembolsado à conta do capital social, em última análise, pode ser considerado como causa de dissolução parcial da sociedade anônima.⁽⁴⁸⁾ Vale observar, contudo, que acórdão do Superior Tribunal de Justiça (AG nº 34.120-8-SP), da lavra do Ministro Dias Trindade concluiu pela impossibilidade jurídica do pedido de dissolução parcial de sociedade anônima, mas referido julgado trata do caso de acionista que, fora das hipóteses dos artigos 136, incisos I, II e IV a VII, e 137 da Lei nº 6.404/76, ao invés de proceder a alienação de suas ações em bolsa, buscou compelir a companhia à aquisição delas.⁽⁴⁹⁾

II – Liquidação. Apuração de haveres

1. Liquidação. Sociedade de pessoas e sociedades por ações

J X Carvalho de Mendonça critica o sistema legal do Código Comercial porque declara dissolvida a sociedade antes da liquidação, apontando que a verdadeira dissolução só ocorre depois daquela (liquidação)⁽⁵⁰⁾, mas se vê nesta crítica que o citado autor considerou a dissolução como a "extinção" da sociedade e não como a causa que a leva ao fim, ou ainda como o procedimento.

Consiste a liquidação na apuração do ativo da sociedade e no pagamento de seu passivo, podendo ser extrajudicial ou judicial, sem relação direta com a forma em que se deu a dissolução da sociedade; ou seja, os sócios podem ter chegado à conclusão da causa dissolutória mas terem divergido quanto ao procedimento liquidatório, ou, ainda, a sociedade pode ter sido alcançada por dissolução judicial, não obstante seus integrantes cheguem a adotar a liquidação amigável. Em regra, se observará o disposto no contrato social, mas em caso de omissão dever-se-ão seguir os artigos 344 e seguintes do Código Comercial. Quando judicial, o juízo por onde se processa a liquidação da sociedade dissolvida pela falência de um dos sócios é o da sede da sociedade e não o universal da falência.

A liquidação e partilha são procedimentos aplicáveis às sociedades que se dissolvem totalmente, enquanto a apuração de haveres é mecanismo próprio das sociedades dissolvidas parcialmente, já que nesta última hipótese busca-se definir o montante devido pela sociedade a sócio dissidente, excluído, ou aos herdeiros do sócio pré-morto.

(47) - Fábio Ulhoa Coelho, ob. cit., pág. 202.

(48) - Fábio Ulhoa Coelho, ob. cit., pág. 202.

(49) - Repertório de Jurisprudência IOB nº 3/8537.

(50) - J X Carvalho de Mendonça, ob. cit., pág. 235.

É bom ter-se em mente que a liquidação é instituída no interesse dos sócios, não podendo os credores intervir nela, já que têm à disposição ações pertinentes e o pedido de falência.

Mas a liquidação não é operação essencial, pois poderá a sociedade se extinguir sem que tenha por ela passado, como nos casos de ela ter tido existência fugaz e nominal, sem a realização de qualquer operação ou na situação de a sociedade não possuir passivo e seu ativo estar representado em dinheiro.

Durante a fase de liquidação, a sociedade não perde sua personalidade jurídica e muito menos pode ser designada como uma "comunhão de interesses"⁽⁵¹⁾, sendo que o liquidante a representará fazendo uso da firma ou razão social acrescida da expressão "em liquidação" (art. 344 do CCom), e praticando atos tendentes à solução das pendências da sociedade.

Poderá ser liquidante o sócio-gerente, qualquer outro sócio ou terceiro estranho por convenção dos integrantes da sociedade ou por decisão judicial em caso de empate ou discórdia entre os sócios ou, ainda, em caso de ter sido escolhida pessoa inidônea para o cargo.

Competem ao liquidante as obrigações do artigo 345 do Código Comercial, podendo ser destituído no caso de descumprimento de seus deveres e responder pelos prejuízos que deu causa culposa ou dolosamente, sendo que neste último caso poderá ser responsabilizado penalmente. Se dativo o liquidante, perderá o direito à remuneração do exercício do cargo (art. 347 do CCom).

Embora reconheça uma tendência prática, J X Carvalho de Mendonça se posiciona contra a possibilidade de o liquidante abrir créditos em bancos sem a expressa autorização dos sócios ou expressa outorga de poderes no contrato social ou ato de sua nomeação.⁽⁵²⁾ Também não poderá o liquidante, sem anuência expressa, especial e escrita dos sócios, hipotecar bens sociais, pois aquele ostenta a posição de mandatário (art. 145, 2ª alínea, c.c. art. 351 do CCom).

Aprovadas a divisão e a partilha, cessa a responsabilidade dos sócios e liquidante, facultando-se o prazo decadencial de dez dias, a partir da comunicação, ao sócio que se sentir prejudicado para impugnar a liquidação.

Rubens Requião aconselha que deve ser elaborado relatório final pelo liquidante para que seja levado à Junta Comercial para arquivamento, provando-se assim o fim da personalidade jurídica da sociedade.⁽⁵³⁾

Nas sociedades por ações, extrajudicialmente, a liquidação se dará na forma dos estatutos ou na que foi determinada em assembleia geral, a qual poderá nomear o liquidante e o conselho fiscal, se já não existir. O conselho de administração também poderá funcionar durante a liquidação. No caso de inexistência dos conselhos de administração ou fiscal, competirá à assembleia geral, semestral e convocada pelo liquidante, fiscalizar a liquidação da companhia. Nas assembleias gerais, durante a liquidação, todas as ações conferem direito de voto. A liquidação poderá ser judicial nos casos de dissolução judicial da companhia e ainda nos seguintes casos: a) se os administradores ou acionistas não promoverem a liquidação, ou se o opuserem, quando dissolvida a sociedade de pleno direito; b) a requerimento do Ministério Público em caso de inércia, por trinta dias, da autoridade administrativa que declarou a dissolução da companhia, ou, ainda que iniciada a liquidação dentro do prazo legal, tenha sido paralisada por mais de quinze dias. Na liquidação judicial o liquidante será nomeado pelo juiz, estando previstos seus deveres e poderes nos artigos 210 e 211 da Lei nº 6.404/76. Realizado o ativo, seguir-se-á ao pagamento

(51) - Rubens Requião, ob. cit., pág. 278.

(52) - J. X. Carvalho de Mendonça, ob. cit., pág. 247.

(53) - Rubens Requião, ob. cit., pág. 279.



do passivo, observada a ordem de preferência do Código Tributário Nacional e Código Civil, facultando-se ao credor esquecido ou deliberadamente afastado o direito de acionar um, alguns ou todos os acionistas para haver seu crédito, até o limite da soma por eles recebidas. Os acionistas que pagarem poderão, todavia, demandar em regresso aos demais reaver o que pagou além de sua responsabilidade.

2. Apuração de haveres

Conforme já alinhavado, a apuração de haveres é instrumento aplicado às hipóteses de dissolução parcial das sociedades para se aquilatar o valor do sócio pré-morto, dissidente ou excluído.

Em regra, deve-se seguir a forma de apuração de haveres pactuada no contrato social em se tratando de dissolução parcial, mas por aplicação analógica do artigo 15 do Decreto nº 3.708/19, permite-se aos sócios obter o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do último balanço aprovado, inclusive nos casos de exclusão ou de sócio pré-morto.

Entretanto, para se evitar locupletamento ilícito em favor da sociedade ou sócios remanescentes, o Supremo Tribunal Federal editou a súmula 265, dispondo que "na apuração de haveres, não prevalece o balanço não aprovado pelo sócio falecido, excluído, ou que se retirou".

A retirada motivada, ou seja, aquela que decorre de justa causa para a dissolução parcial da sociedade, fundada em perda da *affectio societatis*, e não no direito de retirada em face de alteração contratual ou saída imotivada, importará a apuração real e atualizada do patrimônio social, como se dissolução total fosse, para reembolso do sócio que se retira, em uma única parcela. Ao contrário, quando a retirada se der por força de alteração do contrato social ou for imotivada, dever-se-á observar o estabelecido no contrato social como forma de apuração de haveres, salvo ofensa a princípios de ordem pública e manifesto desequilíbrio de deveres e obrigações em favor da sociedade ou sócios remanescentes. Nestas últimas circunstâncias, a apuração será real e efetiva, com conhecimento pleno do valor de mercado da universalidade dos bens que componham o patrimônio da sociedade (Recursos Especiais nºs 38.160-6 - SP e 35.702-0 - SP, datados de 9-11-93 e 27-9-93, da lavra do Ministro Relator Waldemar Zveiter, Superior Tribunal de Justiça).

Assim, em se tratando de direito de retirada por divergência de decisão quanto à alteração do contrato social, a jurisprudência se inclina para a apuração do quinhão do sócio retirante em balanço especial, pois o balanço ordinário nem sempre retrata o real direito do dissidente, devendo, todavia, ser observado quanto à forma de pagamento o estabelecido no contrato. Nesse sentido, Ap. nº 44742-1, da 6ª Câmara Civil do TAC-PR, rel. Eli de Souza, j. em 4-11-91; Ap. nº 29.400, 2ª Turma do TJ-DF, rel. Getúlio Moraes Oliveira, j. em 4-3-94; Embargos Infringentes nº 140/91, TJ-RJ, rel. Fernando Celso Guimarães, j. 29-4-92.

Em relação aos haveres do sócio pré-morto, por sua vez, já decidiu o Tribunal de Alçada do Paraná que a apuração dos haveres obedecerá os mesmos critérios anteriormente deduzidos (balanço especial), devendo ser pagos à vista e em única parcela (Ap. nº 43.027-5, Ponta Grossa, 1ª CCiv., rel. Celso Guimarães, j. 30-12-91), mas convém relevar que o acórdão trata de cláusula contratual, quanto à forma de apuração de haveres e respectivo pagamento (em dois anos), datada há mais de trinta anos.

As reservas, ou seja, lucros não distribuídos e destinados a garantir e reforçar o capital social, se legais, pertencem à sociedade, logo, não são consideradas para apuração dos haveres; entretanto, se as reservas forem facultativas ou estatutárias, serão levadas em conta.

Os bens imateriais ou incorpóreos, tais como o direito ao ponto, à clientela, ao avia-

mento, etc., não devem integrar o patrimônio líquido social para apuração de haveres porque fatalmente acarretariam a dissolução total da sociedade diante da provável ausência de liquidez para composição de tais valores em benefício do sócio que se retira. Ademais, se na dissolução total não se leva em conta tais elementos para realização do ativo liquidando, por que deveria o sócio retirante beneficiar-se desses elementos na dissolução parcial? Se o fim da dissolução parcial é permanência da entidade empresarial, não há sentido o sacrifício total desta em benefício exclusivo do sócio que se afasta, porquanto, os bens imateriais da empresa só têm razão de ser enquanto esta exista. Todavia, a questão é discutível na doutrina e jurisprudência, situando-se Hernani Estrella⁽⁵⁴⁾ contra a consideração do fundo de comércio para apuração dos haveres do sócio que se retira, ao passo que encontramos acórdão que manda levá-lo em conta na liquidação de sentença.⁽⁵⁵⁾

De resto, o momento da apuração de haveres deve ser aquele em que, de fato, o sócio se afastou da vida societária, evitando-se, desta forma, que padeça diminuição de seu patrimônio por atos que não teve participação ou que seja beneficiado sem justa causa por lucro societário que não teve sua contribuição.⁽⁵⁶⁾

III - Partilha. Reembolso

1. Partilha. Sociedades de pessoas e sociedades anônimas

Realizado o ativo e concretizando-se o pagamento do passivo, pois do contrário teria de ser declarada a falência, ingressa-se na fase final da liquidação, em que o saldo patrimonial apurado será distribuído entre os sócios na proporção dos seus quinhões sociais. Essa derradeira fase designa-se de partilha ou divisão, sendo que em regra a partilha deverá ser realizada em dinheiro, podendo, todavia, os sócios pactuarem que se faça em divisão cômoda de bens ainda não transformados em dinheiro.

Os sócios poderão acertar que a partilha seja realizada na medida em que os bens sociais vão sendo liquidados, efetuando-se proporcionalmente o pagamento de seus quinhões, designados como dividendos, conforme dispõe o artigo 345, nº 3, do Código Comercial, no entanto, "nenhum sócio pode exigir que se lhe entregue o seu dividendo enquanto o passivo da sociedade não se achar todo pago, ou se tiver depositado quantia suficiente para o pagamento" (art. 349, CCom).

A divisão do patrimônio será feita *in natura* se os sócios assim quiserem e existindo bens imóveis será lavrada escritura pública em favor de quem couber o bem.

A partilha poderá ser previamente pactuada no contrato social, em caso de dissolução da sociedade, ou realizada conforme acordo dos sócios, mas não existindo referida avença e diante divergências entre eles dever-se-á seguir o procedimento da partilha judicial (arts. 664 a 666 do CPC/39).

Em ocorrendo disputa entre os sócios sobre parcela do patrimônio não transformado em pecúnia, ou seja, disputando os sócios a adjudicação de parte do acervo ou todo ele, asseverava Waldemar Ferreira⁽⁵⁷⁾ com aplicação analógica do artigo 503⁽⁵⁸⁾ do Código de

(54) - Hernani Estrella ob. cit. pág. 194-199.

(55) - RT 658/97.

(56) - Vera Helena de Mello Franco "Dissolução parcial e recesso nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada. Legitimidade e procedimento. Critério e momento de apuração de haveres" in RDM nº 75/19-30.

(57) - Waldemar Ferreira, ob. cit., págs. 322-323.

(58) - Art. 503 (CPC/1939) - "Os bens não suscetíveis de divisão cômoda, que não couberem na meação do cônjuge sobrevivente ou no quinhão de um só herdeiro, serão vendidos na forma dos artigos 704 a 706, partilhando-se o preço, salvo quando os interessados preferirem arrendá-los ou possuí-los em comum, ou se qualquer herdeiro, ou o cônjuge sobrevivente, requerer a respectiva adjudicação, repondo, em dinheiro a diferença.

Parágrafo único - Requerida a adjudicação por dois ou mais interessados, sem que seja possível acordo entre eles, o juiz marcará dia e mandará citar os interessados para proceder-se à licitação entre o cônjuge sobrevivente e os co-herdeiros, incluindo-se os bens no quinhão de quem oferecer maior lance."

Processo Civil revogado, já que a partilha das sociedades impõe-se os princípios que regem a partilha dos bens da herança (art 671, CPC/39), que deveria ser instaurado processo de licitação entre os interessados. Atualmente, o procedimento poderá ser utilizado com base no artigo 1 777 do Código Civil e § 2º do artigo 1 015 do Código de Processo Civil.

Encerrada a liquidação, com a aprovação da partilha pelos sócios, cessa toda e qualquer reclamação da parte destes, entre si reciprocamente e contra os liquidantes. O sócio que não aprovar a liquidação ou a partilha deverá, após notificado, impugná-las no prazo decadencial de dez dias e, se for o caso, requerer que a partilha se faça judicialmente (art 348, CCom).

Depois da liquidação e partilha, caberá a um dos sócios a guarda dos documentos contábeis da sociedade.

Nas sociedades anônimas, a assembléia geral poderá, por acionistas que representem 90% do capital, determinar condições especiais de partilha, atribuindo-se aos acionistas a distribuição de bens não liquidados da companhia. Essa regra é apontada como própria das sociedades anônimas fechadas, mas nada impede que seja aplicada às companhias abertas, facultando-se ao acionista prejudicado postular a suspensão judicial da decisão da assembléia, se não concretizada, ou indenização contra os acionistas majoritários. A partilha preferirá os acionistas com direito a reembolso do capital e, após, os demais. O liquidante prestará contas em assembléia geral e depois de aprovadas será lavrada ata para arquivamento na Junta Comercial, acarretando a extinção da companhia. Após a partilha, o credor não satisfeito poderá acionar os ex-acionistas para haver seu crédito, preservado o direito de regresso, na devida proporção, daqueles que pagarem contra os demais.

2. Reembolso

Nos termos do artigo 45 da Lei nº 6 404/76, reembolso é a operação pela qual, nos casos previstos em lei, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembléia geral o valor de suas ações.

O reembolso, assim, decorre do direito de retirada do acionista minoritário nas hipóteses dos artigos 136, 137, 221, parágrafo único do artigo 236 e §§ 1º e 2º do artigo 252 da Lei das Sociedades Anônimas, e poderá ser pago a conta de lucros ou reservas, exceto a legal.

O valor mínimo das ações será o do patrimônio líquido, de acordo com o último balanço aprovado pela assembléia geral, ainda que esta não seja a ordinária, se a assembléia que deu causa à retirada tiver ocorrido menos de 60 dias depois da aprovação daquele balanço ⁽⁵⁹⁾. Do contrário, se o balanço datar de mais de 60 dias da assembléia onde se deu a dissidência, será o valor das ações apurado em balanço especial, que tomará por base o patrimônio real da companhia, conforme Rubens Requião e Egberto Lacerda Teixeira, citados por João Luiz Coelho da Rocha, que vê o direito de recesso como caso de dissolução parcial da sociedade anônima ⁽⁶⁰⁾. Em sentido contrário, prelecionam Fábio K. Comparato, Modesto Carvalhosa e Miranda Valverde, pois entendem que o valor das ações deva tomar por base o patrimônio contábil da companhia e que o balanço especial se presta à mera atualização monetária das contas do patrimônio líquido. ⁽⁶¹⁾

(59) - Fran Martins, "Comentário à lei das sociedades anônimas", vol. I, pág. 273.

(60) - Fábio Ulhoa Coelho, ob. cit., pág. 202 (no mesmo sentido); e RF 286/281.

(61) - João Luiz Coelho da Rocha, "Ainda a questão do valor das ações em caso de recesso" RDM nº 81/114.

IV - Conclusões

1ª) O termo "dissolução" deve ser compreendido como "causa" que leva a sociedade ao processo de extinção, onde temos a liquidação (realização do ativo e passivo) e partilha do patrimônio restante entre os sócios;

2ª) Os dispositivos do Código Comercial relativos à dissolução das sociedades, vazados sob o império da doutrina individualista, atualmente não merecem interpretação literal por força do desenvolvimento da teoria da empresa e sua preservação como ente produtivo e distributivo de riquezas sociais;

3ª) A dissolução, observada sob o prisma da extensão do rompimento do vínculo contratual dos sócios e diante da continuação da vida empresarial, deve ser classificada em "dissolução parcial" e "dissolução total", na forma "extrajudicial" ou "judicial";

4ª) São fatos que levam à dissolução total da sociedade:

a) a expiração do prazo ajustado para duração da sociedade ou o implemento da finalidade para a qual a sociedade foi constituída, devendo ser elaborado "distrato" entre os sócios, sob pena de ser considerada irregular;

b) o distrato é forma convencional de dissolução total da sociedade, pois da mesma forma que o consenso a constituiu, o consenso a colocará em dissolução extrajudicial, independentemente da forma adotada no ato constitutivo (art 53 da Lei nº 8 934/94);

c) a instituição de cláusula ou condição resolutiva (art 119 do CCB) poderá acarretar a dissolução total e extrajudicial da sociedade, facultando-se ao sócio discordante a via judicial para comprovar o não implemento da condição;

d) a impossibilidade de execução do fim e intuito social (art. 336, I, CCom) acarreta a dissolução total, que poderá ser judicial ou extrajudicial, sendo as hipóteses do texto legal apenas enumerativas;

5ª) Levam à dissolução parcial da sociedade:

a) a morte de um dos sócios sempre será causa de dissolução parcial, independentemente de cláusula anterior ao falecimento do sócio que permita a continuação da sociedade, podendo os demais sócios deliberarem pela sobrevivência da empresa após o evento morte e, inclusive, aceitando os herdeiros do falecido no quadro social, ainda que menores se a sociedade for por quotas de responsabilidade limitada;

b) a "sociedade unipessoal" não acarreta a dissolução total, consoante atual e salutar jurisprudência, e só após decorrido um ano, por aplicação analógica do artigo 206 da Lei nº 6 404/76, é que o sócio remanescente deverá ser considerado comerciante com firma individual;

c) a convenção entre os sócios, levando o interessado seus haveres;

d) a falência de um dos sócios faz com que seus haveres sejam levados à massa falida, mas não acarreta a dissolução total (art 48 LF);

e) o direito de retirada do artigo 335, nº 5, do Código Comercial, fundado no fato de que ninguém é obrigado a contratar contra a sua vontade e permanecer indeterminadamente no quadro social, leva à apuração de haveres do sócio denunciante do contrato. Esse direito não se confunde com o direito de recesso, propriamente dito, que é previsto no artigo 15 da Lei nº 3 708/19;

f) a exclusão de sócio, providência tomada pelos demais integrantes do quadro social independentemente se maioria ou não do capital, acarreta a dissolução parcial, operando-se pela forma extrajudicial, salvo cláusula contratual restritiva de hipótese de expulsão do sócio minoritário pela maioria do capital social;

6ª) A falência da sociedade é colocada, pela maioria da doutrina, como causa de dissolução total, entretanto, preferimos identificá-la como "causa potencial de dissolução total" diante da probabilidade, ainda que remota, de a empresa sobreviver via prosseguimento no comércio por deferimento do juízo falimentar (art 74 LF), ou por meio da concordata suspensiva (art 177 LF);

7ª) As sociedades anônimas têm seu regime dissolutório regulado no artigo da Lei nº 6.404/76, como sendo "de pleno direito", "por decisão judicial" e "por decisão de autoridade administrativa", incluindo-se ainda o "direito de retirada" do acionista dissidente que é reembolsado à conta do capital social, com base em balanço especial que tomará por base o patrimônio real da companhia, se a assembléia em que se operou a dissidência datar mais de 60 dias do último balanço patrimonial aprovado;

8ª) A liquidação consiste na apuração do ativo da sociedade e no pagamento de seu passivo, podendo ser extrajudicial ou judicial, sendo procedimento aplicável às sociedades que se dissolvem totalmente;

9ª) Durante a fase de liquidação a sociedade não perde sua personalidade jurídica, pois será representada pelo liquidante (sócio-gerente, demais sócios ou terceiro) pelo uso da firma ou razão social acrescida da expressão "em liquidação";

10ª) A apuração de haveres é instrumento aplicado às hipóteses de dissolução parcial das sociedades para se aquilatar o valor do sócio pré-morto, dissidente ou excluído, observando-se que se a retirada for motivada (baseada em justa causa ou perda da *affectio societatis*) será levado em conta o real patrimônio social para reembolso do sócio que se retira. Ao contrário, quando a retirada se der por força de alteração do contratual ou de forma imotivada, observar-se-á o contrato social na apuração dos haveres do sócio, salvo manifesto locupletamento sem causa dos remanescentes, caso em que será elaborado balanço especial para a determinação do quinhão devido ao sócio dissidente, seguindo-se o estatuto societário quanto à forma de pagamento

11ª) As reservas legais e os bens incorpóreos da sociedade não devem ser computados para fins de apuração do patrimônio líquido da sociedade;

12ª) O momento da apuração de haveres é aquele em que, de fato, o sócio se afastou da vida societária.

Bibliografia

- ALMEIDA, Amador Paes de - "Manual das Sociedades Comerciais", Saraiva, SP, 1992.
- AMARAL, Hermano de Villemor - "Das Sociedades Limitadas", F. Briguiet & Cia. Editores, RJ, 1938.
- BORBA, José Edvaldo Tavares - "Direito Societário", Freitas Bastos, RJ, 1991.
- BULGARELLI, Waldírio - "Sociedades Comerciais", Atlas, SP, 1993 - "Manual da Sociedade Anônima", Atlas, SP, 1978.
- BEVILÁQUA, Clóvis - "Código Civil Brasileiro Interpretado", Freitas Bastos S/A, RJ, 1951.
- CARVALHOSA, Modesto - "Comentários à Lei de Sociedades Anônimas", Saraiva, SP, 1984.
- COELHO, Fábio Ulhoa - "Manual de Direito Comercial", Saraiva, SP, 1993.
- DORIA, Dylson - "Curso de Direito Comercial", Saraiva, 1991.
- DINIZ, Maria Helena - "Tratado Teórico e Prático dos Contratos", Saraiva, SP, 1994 - "Curso de Direito Civil", vol. 3, Saraiva, SP, 1994.
- ESTRELLA, Hernani - "Apuração dos Haveres do Sócio", Ed. Forense, RJ, 1992.
- FRANÇA, R. Limongi - "Jurisprudência das Sociedades Comerciais", Revista dos Tribunais, SP, 1980.
- FRANCO, Vera Helena de Mello - "Dissolução Parcial e Recesso nas Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada. Legitimidade e Procedimento. Critério e Momento de Apuração de Haveres", em Revista de Direito Mercantil, RT, nº 75/1989, SP.

FERREIRA, Waldemar - "Tratado de Direito Comercial", Saraiva, SP, 1961.

GOMES, Orlando - "Contratos", Forense, RJ, 1994.

MIRANDA Jr, Darcy Arruda - "Dicionário Jurisprudencial da Sociedade por Ações", Saraiva, SP, 1990 - "Dicionário Jurisprudencial da Sociedade de Responsabilidade Limitada", Saraiva, SP, 1988.

MARTINS, Pedro Baptista - "Código de Processo Civil" (1939), José Olympio Editora, RJ, 1939.

MARTINS, Fran - "Curso de Direito Comercial", Forense, RJ, 1993 - "Comentários à Lei das Sociedades Anônimas", Forense, RJ, 1989 - "Novos Estudos de Direito Societário", Saraiva, SP, 1988 - "Direito Societário", Forense, RJ, 1984.

MONTEIRO, Washington de Barros - "Curso de Direito Civil", 5º vol., Saraiva, SP, 1994.

MENDONÇA, J.X. Carvalho de - "Tratado de Direito Comercial", Freitas Bastos S/A, RJ, 1964.

NERY Jr, Nelson - "Código de Processo Civil e legislação processual civil e extravagante em vigor", Revista dos Tribunais, SP, 1994.

NEGRÃO, Theotônio - "Código Civil e legislação civil em vigor", Ed. "M", SP, 1993 - "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Ed. "M", SP, 1993.

OLIVEIRA, Juarez de - "Código Comercial", Saraiva, SP, 1994.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões - "A Lei das S.A.", Renovar, RJ, 1992.

ROCHA, João Luiz Coelho da - "Ainda a Questão do Valor das Ações em Caso de Recesso", em Revista de Direito Mercantil, RT, nº 81/1991, SP.

REQUIÃO, Rubens - "Curso de Direito Comercial", Saraiva, SP, 1993.

RODRIGUES, Silvio Rodrigues - "Direito Civil - Dos Contratos e das Declarações Unilaterais da Vontade", Saraiva, SP, 1993.

VELASCO, Adolfo Ruiz - "Manual de Derecho Mercantil", Deusto, Madrid. Código de Comércio de la Republica Oriental del Uruguay, Ed. Barreiro e Ramos S/A, Montevideo, 1993. Código de Comércio - Leys Complementarias (Argentina), Ed. "A-Z", Buenos Aires, 1994.